

## FORMAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS COMO GRANDE POLÍTICA FRENTE ÀS CONTRARREFORMAS DO CAPITAL<sup>1</sup>

Roberto Leher<sup>2</sup>

O tema da formação da classe trabalhadora em tempos de inédita ofensiva do capital sobre a educação está inscrito no que Gramsci denominou de *grande política*. De fato, a investida reúne os *holdings* educacionais que, no caso do ensino superior, “educam” a larga maioria dos novos estudantes que ingressa o ensino superior, especialmente na modalidade de educação a distância e, cada vez mais, os estudantes da educação básica, por meio de “sistemas de ensino” e plataformas de trabalho dos *holdings* educacionais que estão sendo adquiridos massivamente pelas redes municipais e estaduais de educação. Agrega, também, os aparelhos privados de hegemonia (APH) do capital, em especial na educação básica – como na definição das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) e na reconfiguração do Ensino Médio – e, como não poderia deixar de ser, na formação de professores. De modo concomitante, organizações da extrema-direita deslocam o tema da educação para o teatro de operações da guerra cultural. Todas essas ações compõem as estratégias dos setores dominantes e, dialeticamente, não podem deixar de estar inseridas nas estratégias políticas das classes trabalhadoras.

Teórica e metodologicamente, a reflexão a propósito da formação dos trabalhadores não pode deixar de interpelar o mundo do trabalho. O professor José Dari expôs de maneira densa e profunda temas centrais do mundo do trabalho. Também a professora Maria Clara Bueno Fischer, interlocutora importante do campo trabalho e educação, traz aportes indispensáveis. Para tanto, é necessário partir da

<sup>1</sup> A partir da transcrição da Mesa de abertura: <https://www.youtube.com/watch?v=-H7leLcJrOY> do VI Intercrítica de Camboriú, no ano de 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.intercriticaVI.02>

<sup>2</sup> Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro na linha Estado, Trabalho e Movimentos Sociais. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998), desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. Atua no Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação - COLEMARX. Pesquisador do CNPq, Cientista de Nosso Estado (FAPERJ) e colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019). <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>; [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2528469014264498](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2528469014264498)



análise da correlação de forças entre as classes e frações de classes, a nervura central da presente exposição. O exame das correlações de forças requer trabalhar diversas escalas de tempo e de espaço. Na conjuntura atual precisamos buscar entender a *grande política*, o que exige uma cuidadosa investigação dos movimentos da *pequena política* que, na verdade, definem a grande política. Essas questões têm sido objeto de investigações específicas no Grupo de Trabalho “Trabalho e Educação” da ANPED e dos companheiros da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Vários núcleos acadêmicos têm feito trabalhos extraordinários sobre diversas facetas e determinações das mudanças no mundo do trabalho. Nosso esforço teórico mais desafiante nos dias de hoje é tentar constituir uma análise da totalidade da problemática do trabalho e de seus nexos com a formação e isso obviamente é um desafio que ultrapassa as iniciativas de cada uma e cada um de nós, mas é um labor que precisamos fazer. É crucial a consideração dos grandes movimentos tendenciais que conformam a crise estrutural hodierna.

Um ponto a ser realçado é que a crise não é meramente nacional, envolve uma crise do *sistema de Estados* que conforma o imperialismo, como tão bem discutido por Ellen Wood. Em todos os contextos históricos de mudança na hegemonia de um dado Estado no âmbito do sistema de Estados, a referida mudança veio acompanhada de guerras, guerras perigosas, guerras de grande envergadura.

Outro ponto a destacar como componente essencial do movimento tendencial envolve formas sociometabólicas que estão colocando a vida do planeta em risco, não somente a vida humana, todas as formas de vida se encontram em risco. Existem trabalhos muito incríveis de investigadores e coalizões de pesquisadores em importantes instituições que há tempos vêm tentando mapear o que significa o processo sociometabólico engendrado pelo capital; no plano teórico da crítica ao capital os aportes de Mészáros, Kohei Saito, Lövy, Bellamy Foster são especialmente relevantes. Esse movimento destrutivo do capital, de grande escala, é crucial para a análise da correlação de forças porque coloca dimensões da temporalidade sobre as quais não temos controle direto, sobretudo com a correlação de forças que favorece as forças sistêmicas do capital.

A análise das correlações de forças está relacionada à hipertrofia e às formas do capital comércio de dinheiro, em suas manifestações como capital portador de juros e como capital fictício. Ainda estamos tateando esse tema, sobretudo como o

movimento do capital comércio de dinheiro encontra-se imbricado ao que é a essência do capitalismo, o setor da Produção (P). Marx nos ensinou que o capital fictício não é apenas um capital parasitário e uma exterioridade em relação ao capital industrial; ao contrário, é parte dos circuitos do capital e altera de uma maneira brutal o momento (P). Essa alteração disruptiva de (P) se dá por meio de uma mudança sem precedentes na composição orgânica do capital; ou seja, a relação entre o capital constante e o capital variável está sofrendo mudanças com escalas, velocidade e características novas que nos surpreendem todos os dias, como na aplicação da Inteligência Artificial, por exemplo.

Nessa reconfiguração profunda da composição orgânica encontramos uma combinação de mudanças tecnológicas que precisam ser permanentemente mapeadas e compreendidas pelo campo Trabalho e Educação, como as plataformas de trabalho, a computação quântica, as diversas formas de Inteligência Artificial (IA), os Grandes Sistemas de Linguagem que estão subjacentes à IA. De especial interesse para o campo Trabalho e Educação é a consideração do caráter performativo dos algoritmos. A performatividade dos algoritmos é nuclear para a análise das tecnologias na educação, afinal, é por meio do caráter performativo dos algoritmos que as corporações convertem os sujeitos em “perfis”. Estes “perfis” “performados” não estão somente relacionados à aquisição de mercadorias, ao processo de produção de desejo de mercadorias, mas cada vez mais são “performados” no plano político, fundamentalmente pela direita e pela extrema-direita. Esse caráter performativo é complexificado com a evolução dos Grandes Sistemas de Linguagem e das engenharias voltadas para os algoritmos. Isso obviamente está não só reconfigurando o capital comércio de dinheiro, mas todo o encadeamento da produção e circulação das mercadorias.

Todas essas profundas transformações tecnológicas alcançam as entranhas dos Estados, alterando o lugar destes no próprio sistema de Estados e, ao mesmo tempo, o funcionamento da própria aparelhagem estatal, desde a publicidade, dos pronunciamentos, atos governamentais, bancos de dados, grande parte dessas atividades estão alicerçadas pelas grandes plataformas.

Na geopolítica do conhecimento existem mudanças impensáveis há 20 anos. O Vale do Silício já não reina sozinho nas tecnologias digitais. A China emerge como um lugar pulsante e vibrante de produção de conhecimento e de sua aplicação em

domínios estratégicos. A mudança na geoeconomia do conhecimento é central na reflexão sobre o trabalho, como o professor Dari já destacou de forma precisa. Essas transformações no capital orgânico envolvem maior exploração, em virtude da combinação da intensificação do trabalho com a redução dos postos de trabalho. Está em curso uma maior expropriação de primeira e segunda ordens dos trabalhadores e das trabalhadoras que, além de estarem sendo despossuídos do controle sobre o conhecimento, ao mesmo tempo estão inseridos em relações laborais cada vez mais brutais e precárias. O trabalhador é expropriado dos reais meios de produção, o que configura a expropriação de primeira ordem, mas, ao mesmo tempo, como salienta Virgínia Fontes, existe uma expropriação de segunda e terceira ordens, que diz respeito à expropriação de qualquer direito social. É preciso realçar que as políticas sociais vigentes no mundo não são políticas organizadas em torno do trabalho, a exemplo do salário-desemprego. A ação do Estado está dirigida à concessão de bolsas aos “muito pobres”. No caso de pessoas que podem morrer de fome, bolsas de alívio à pobreza podem ser efetivadas. Essa foi a orientação do Banco Mundial. Como salientou Hayek, bolsas são aceitáveis desde que não tenham conexão com o mundo do trabalho. O redirecionamento das políticas afastando-as do mundo do trabalho repercute de modo profundo na socialização das novas gerações, nas novas configurações do mundo do trabalho e nas formas de subjetivação das novas gerações na esfera econômica.

Essa áspera realidade tem de ser lida sem perder de vista que o desenvolvimento desigual e combinado caracteriza o modo de produção capitalista. Sem esta categoria, o analista fica perdido, pressupondo um inexistente vetor evolucionista. Uma expressão disso é a defesa de que o país tem de formar as novas gerações adequando o sistema educacional às novas tecnologias, como se houvesse um movimento da história que nos conduzisse de maneira irremediável rumo a um futuro de tecnologias *clean* e de plataformas capazes de assegurar dignidade aos “empreendedores”. Ora, baterias exigem minérios e hoje isto significa expropriação de territórios indígenas; para manter a massa de trabalhadores expropriada de pé é necessário produzir proteína em grande quantidade, mas isto envolve expropriações de áreas camponesas e destruição de ecossistemas vulneráveis em virtude do saqueio dos recursos naturais e, sobretudo, agravamento das condições do clima, emissão de gases etc. Essa economia *clean* encontra-se no cerne da competição

intercapitalista pelo mercado automobilista; assim, por exemplo, 1/3 do custo do carro elétrico é a bateria. A luta pelo saqueio mundial de determinados minérios altera a luta por recursos hídricos e assim por diante.

A análise feita originalmente por Lenin, por Trotsky, por Florestan Fernandes, por Chico de Oliveira sobre o desenvolvimento desigual é crucial. Existem trabalhos altamente qualificados e trabalhos degradados dentro do mesmo rol de produção. Isto nos exige pensar as cadeias mundiais de valor periféricas, examinando como as mercadorias são manufaturadas nos circuitos produtivos mundiais. Trabalhar cadeias mundiais de valor periféricas exige investigações coordenadas e integradas de diversos centros no mundo. Assim, por exemplo, como a Inteligência Artificial que chega até nós está interconectada com o trabalho degradado de *educação* dos algoritmos na África e na Ásia.

Essa problemática exige reflexão da área de trabalho e educação que, portanto, está no olho do furacão. A área tem uma responsabilidade acadêmica científica diferenciada porque essas conexões não são abordadas nas outras dimensões das análises políticas educacionais. Isso aqui é uma reflexão que é própria do nosso campo. Não é verdade que a classe trabalhadora, como classe, está desaparecendo. Nos últimos 20 ou 30 anos houve um acréscimo de 1 bilhão de trabalhadores, parte deste contingente compondo o exército industrial de reserva nas suas diversas feições, notadamente as mais precárias. Os indicadores da OIT atestam que metade da população mundial não tem nenhum direito previdenciário. No planeta existe em torno de 5 bilhões e alguma coisa de pessoas que têm acima de 15 e 16 anos, o que significa que cerca de 5 bilhões de habitantes do planeta estão numa situação de profunda incerteza. Essa realidade conforma um cenário de mudanças demográficas muito preocupante e que precisa ser articulado com as análises sobre a composição orgânica do capital.

Marx, de forma brilhante, desenvolveu como fio condutor dos seus estudos no Prefácio de 1859 questões teóricas e metodológicas muito importantes. Na produção social de sua vida os homens entram em determinadas relações de produção que correspondem a uma determinada etapa do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. É sobre isso que o campo Trabalho e Educação está discutindo. Algo muito radical e de grande escala está em processo em nossas forças produtivas materiais. Essas relações de produção formam a estrutura da sociedade, a base sobre

a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, em resumo ideológicas, à qual correspondem formas de consciência social. Isso é o que estamos discutindo atualmente. Esses milhões de trabalhadores que estão inseridos nesses circuitos desenvolvem que formas de consciência social? Essas contradições estão exacerbadas. O desenvolvimento dessas forças produtivas, em determinados contextos, transforma-se em entraves exacerbando as contradições nas relações de produção. Nesses contextos, toda a imensa superestrutura é revolucionada. É necessário distinguir o revolucionamento material das condições econômicas da produção, o que pode ser estudado como se estivéssemos estudando com os métodos das ciências da natureza. Assim, por exemplo, Lenin estudou o imperialismo investigando o consumo de energia, os meios de transporte, a existência de portos, o tamanho e o ramo das fábricas etc. Outra coisa é investigar as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas (e aqui Marx introduz um aposto que é definidor de sua análise), em resumo, ideológicas. Marx propugna que na análise da superestrutura o foco da problemática científica é a ideologia. É no âmbito da ideologia que estudamos as formas jurídicas, científicas, artísticas, filosóficas, religiosas etc. Ao contrário do que muitas vezes se supõe, Marx, em 1859, já estava trabalhando com a perspectiva de que a ideologia não é falsa consciência. É no âmbito da ideologia que os seres humanos tomam consciência das contradições fundamentais e as levam até o fim, ou seja, operam, atuam, na luta de classes, objetivando a superação das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção por meio da revolução.

Essa reflexão é definidora do campo Trabalho e Educação e, em especial, da reflexão sobre método. É fato que as forças produtivas materiais estão mudando rapidamente, mas diferente do apregoado no conjunto das BNCC, as mudanças nas forças produtivas não estão direcionadas por um vetor de progresso. É importante pontuar que o horizonte das mudanças tecnológicas e organizacionais no mundo do trabalho não é definido por um vetor dirigido ao progresso. Vale recuperar a imagem do anjo da história de Walter Benjamin. O anjo da história está com o rosto voltado para o passado, vendo as dores das guerras, as violências, as brutalidades, as expropriações, a exploração e o sofrimento dos rastros do Progresso.

A reflexão de Benjamin é congruente com diversas passagens de Marx. Por isso, o campo Trabalho e Educação não pode deixar de pensar o que são as cadeias

mundiais de valor periféricas, o que é o cotidiano desses trabalhadores “uberizados” e precarizados que trabalham em plataformas. O GT Trabalho e Educação e a ABET têm dado uma contribuição muito relevante para compreendermos, por exemplo, o que significa o trabalho das cuidadoras, os trabalhos domésticos, enfim, o trabalho de reprodução social da vida e assim vai.

Para compreender de modo mais complexo e integrado a correlação de forças é preciso articular os aportes até aqui apresentados com a análise dos APH, seus patrocinadores, instituidores e intelectuais organizadores. Para isso, é crucial retomar a análise dos conglomerados de APH a partir de seus nexos com os aportes do Banco Mundial, da OCDE e, secundariamente, da UNESCO, os intelectuais coletivos do capital. No Brasil, sobressaem os APH empresariais Todos Pela Educação, Lemann, Itaú-Social, Instituto Ayrton Senna etc. Qual é a leitura que os referidos APH fazem deste movimento tendencial de mudanças na composição orgânica do capital e do desenvolvimento desigual?

A leitura desses APH sustenta que é possível incentivar mudanças superficiais que vão possibilitar a permanência da vida social nos marcos dessa ordem do capital produtora de desigualdade. Uma grande vitória do capital foi o deslocamento da centralidade do conhecimento, em favor da noção de competência. Marise Ramos se dedicou a estudar o tema. Cada vez mais, os APH do capital e os organismos internacionais miram as competências socioemocionais, desde a educação infantil. James Heckman, prêmio Nobel de Economia (2000), apregoa que temos que educar a primeira infância para as competências nas creches e na educação infantil. A resiliência e as demais competências socioemocionais devem ser desenvolvidas na infância para estruturar a constituição de ser social.

Quando esses APH estruturaram a BNCC e o Novo Ensino Médio reorganizaram, hegemonicamente, toda a educação básica brasileira. Com as contrarreformas, os APH ressignificaram o conceito de Educação Básica. Nas reivindicações históricas dos movimentos em defesa da educação pública, a educação básica foi concebida como um direito humano comum, compartilhado por todos, e dever do Estado. A unidade da educação básica é um fundamento da escola unitária, assegurando cultura geral científica, tecnológica, artística e cultural, sempre em interpelação com o mundo do trabalho. O estilhaçamento do ensino médio não é uma mudança secundária, pois estilhaça toda a educação básica. A ofensiva do

capital é de tal ordem que, como discutido, quem educa a massa da classe trabalhadora são as corporações e os APH do capital - acrescidos, de diferentes modos, pelos APH da extrema-direita.

As corporações conseguiram uma incrível escala no controle dos processos formativos no Brasil. Quem as corporações educam? Quem são as pessoas que estão sendo educadas e em que proporção da população? Conforme o censo da educação superior de 2023, 62% dos novos estudantes que ingressam numa instituição de ensino superior, iniciam suas graduações em um curso a distância, no caso da formação docente 90% dos licenciandos que irão educar as novas gerações da classe trabalhadora estão frequentando tal modalidade. E, é preciso realçar, 83% das matrículas na modalidade de educação a distância pertencem a 10 grupos educacionais com forte presença de fundos de investimentos, organizados como sociedades anônimas, a maioria com capital aberto na bolsa de valores. Desse modo, entre os que cursam ensino superior, mais da metade está vinculada às 10 maiores corporações de propriedade parcial de fundos de investimentos. Isso não é um aspecto secundário para pensar o ambiente favorável ao neofascismo. Somente 10% dos novos estudantes ingressam em uma instituição pública, seja uma universidade estadual, seja uma universidade federal.

Na educação básica, com as iniciativas bem-sucedidas dos APH que conseguiram não apenas efetivar as BNCC, como difundi-las em todos os estados e na quase totalidade dos municípios, o capital pode adentrar as 200 mil escolas públicas dos 5.540 municípios. E adentraram por meio de holdings que comercializam os seus sistemas de ensino e suas plataformas de trabalho nas escolas públicas. O programa nacional de conexão de internet nas escolas, as escolas conectadas, foi açambarcado pela Fundação Lemann por meio da MegaEdu. Não é segredo que o provimento de internet em escolas pavimentou os negócios dos “sistemas de ensino”. Assim, a educação do conjunto da juventude da classe trabalhadora seguirá sendo cada vez mais influenciada pelo grupo Lemann que, como nos mostra a tese de Luciana Galzerano e os trabalhos de Tarlau, foi determinante na organização do Movimento pela Base que elaborou a BNCC. Ademais, as conexões da Lemann com o MEC são orgânicas, consistentes e sistemáticas, garantindo que, no âmbito federal, as políticas do MEC tenham o DNA Lemann.



Para pensar a agência da extrema-direita na educação é necessário considerar que estes grupos não compõem, de modo central, os conglomerados de APH do capital com maior influência nas políticas educacionais como o Todos pela Educação (TPE). Não que estes sejam democráticos. Vale lembrar que o TPE chegou a implorar a sua participação no governo Bolsonaro, indicando o seu ex-presidente Mozart Ramos para o cargo de ministro da Educação, intento rechaçado pelos bolsonaristas evangélicos e *olavistas*. Entretanto, a despeito das divergências na pauta da diversidade, a extrema-direita não está desvinculada de muitos dos fundamentos defendidos pelos APH empresariais.

### **Agência da extrema-direita na educação**

A extrema-direita inseriu a educação no teatro de operações da guerra cultural no bojo de uma doutrina militar, a guerra cultural. Esta pauta possui intelectuais coletivos de enorme influência no mundo de hoje, sobretudo nos EUA, na América Latina e em grande parte da Europa. Entre as mais relevantes, a *Atlas Network*, a fundação *Heritage*, que fez o projeto 2025, o programa da extrema-direita mundial para a educação, e o instituto *Manhattan* que elaborou parte da doutrina para o combate às políticas de ‘diversidade, equidade e inclusão’ (DEI) na educação, tidos como cruciais na guerra cultural.

Esses APH, conhecidos *think tanks*, lograram um grande feito ideológico porque a extrema-direita e, especificamente, a extrema-direita de cariz neofascista, não pode se diferenciar dos neoliberais tradicionais no enfrentamento econômico. Todos eles, APH empresariais que adotam práticas de DEI e os neofascistas que as combatem (DEI), convergem com as políticas de austeridade. Como Clara Mattei analisou, o fascismo de Mussolini inaugurou e sistematizou as políticas de austeridade com Di Stefani no comando da economia. É impossível que tais forças sejam contrárias à política econômica balizada pela austeridade. Por isso, os neofascistas não podem entrar nessa seara. O caminho para ganhar adeptos é a radicalização da guerra cultural.

Mesmo os neoliberais tidos como modernos e liberais estão se deslocando para o campo da extrema-direita adotando a estratégia da guerra cultural. Grande parte dos libertários do Vale do Silício opera politicamente para viabilizar em suas

plataformas e algoritmos disposições de pensamento favoráveis à extrema-direita, a exemplo de Elon Musk que doou centenas de milhões de dólares para a eleição de Trump [e ocupou um cargo relevante em seu governo para efetivar a contrarreforma do Estado]. Não é difícil elaborar uma lista robusta com os grandes grupos da "nova economia", entre os quais cintila a Meta, que aderiram à candidatura de Trump.

Outros APH que nos Estados Unidos têm um enorme peso e que exige uma reflexão sistemática, como as instituições religiosas de direita e de extrema-direita, convergem com a agenda anti-DEI. Existe uma óbvia atuação das instituições religiosas como partido no sentido gramsciano. No campo da extrema-direita sobressaem setores da extrema direita católica (Opus Dei), da extrema direita Judaica sionista, da extrema direita das denominações protestantes, tradicionais e das Pentecostais e neopentecostais.

Essas instituições são atores intelectuais da agenda moral no Brasil, claro que moral com notas *nelson rodriguianas*. As instituições engajadas na guerra cultural atuam de maneira organizada na Frente Parlamentar Evangélica que sempre caminha junto com a Frente Parlamentar do Agronegócio, a bancada da bala, possibilitando que tenham folgada maioria no Congresso. Muitas dessas instituições atuam em conexão com a extrema-direita estadunidense. Os grandes APH estadunidenses, como *Heritage* e *Atlas*, chegam ao Brasil por intermédio da direção e do financiamento do Instituto Mises (Hélio Beltrão), Instituto Millenium (Paulo Guedes, aliado de Bolsonaro, foi fundador e Cláudia Costin, do Todos pela Educação, participante), Brasil Paralelo, Fórum da Liberdade, o Instituto Liberal, quase todos eles financiados pela *Atlas*, notadamente o Instituto Liberal, Millenium, Movimento Brasil Livre.

Essas organizações estadunidenses lograram uma força hegemônica crescente no plano político mundial, atuando na coordenação da extrema-direita mundial, a exemplo da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC). O estudo da Primeira Internacional evidencia a relevância organizacional de uma Internacional. A Internacional da extrema-direita reúne o Vox da Espanha, o Chega de Portugal, Meloni na Itália, Orban na Hungria, Trump nos EUA, a Alternativa para a Alemanha etc., aqui na América Latina agrega na Argentina Macri e Milei (que deve parcialmente sua eleição à atuação da Atlas), Piñera (Chile), Bolsonaro entre outros.

Qual é a agenda da extrema-direita na educação? Para compreender esta agenda é necessário examinar a pauta educacional da Fundação *Heritage*

consolidada no Projeto 2025, o Projeto estratégico que orientou a eleição de Trump, combinando essa análise com a agenda de Trump para a eleição de 2024 (Agenda 47). Como nervuras centrais para educação, a primeira grande questão que eles estão trabalhando é a necessidade de a extrema-direita efetivar o que eles chamam de teoria do Estado unitário, o que significa um Estado que não admite esferas públicas com autonomia relativa (órgãos ambientais, Centro de Controle de Doenças, Departamento de Educação, monitoramento climático etc.), objetivando uma autocracia completa. O Projeto 2025 recomenda o mapeamento dos órgãos no âmbito do Estado que, conforme o referido Projeto estão se voltando contra os interesses da América, identificando os servidores dissidentes para demiti-los, porque o Estado tem que ser uno sem qualquer dissidência. Já na campanha, confirmando a relevância da educação na estratégia da guerra cultural, Trump defendeu explicitamente o fechamento do Departamento de Educação, o Ministério da Educação deles, a exemplo do que fez Milei ao extinguir o Ministério da Educação, inserindo suas atribuições indispensáveis no Ministério do Capital Humano. A raiz dessa estratégia pode ser encontrada na *Heritage*.

A agenda “nacionalista” defendida pelos citados APH estadunidenses sustenta a necessidade da difusão de valores que possibilitem Tornar a América Grande Novamente (MAGA, na sigla em inglês), o que pressupõe a hegemonia da perspectiva Cristã autoritária. Por que a ótica religiosa fundamentalista da extrema-direita? Porque ela não tem nada a ver com a população negra, não tem nada a ver com os imigrantes e, nesse sentido, é uma doutrina racista, o fascismo é racista. É o *darwinismo social* eugenista. Para tanto, o Programa 47 e a Agenda 2025 miram como alvo qualquer traço da agenda DEI, atacando as instituições que adotam tais políticas.

Como organizar essa agenda da extrema-direita? Os referidos programas defendem que os professores devem obter certificados nacionais que atestem o seu grau de patriotismo. Na ótica das organizações da extrema-direita, quando um professor levanta a questão de que existe opressão de negros, isso compromete a história gloriosa dos Estados Unidos, a história de uma grande nação. Os seus ideólogos apregoam que não existe motivo de vergonha em virtude da escravidão, pois isso tornou a América grande e poderosa. Outra medida, também em curso, é extinguir a estabilidade dos professores para facilitar a demissão dos dissidentes e silenciar os demais, a exemplo do que ocorre no Texas e na Flórida. A alternativa

proposta pelos governos alinhados a tais agendas é atribuir às famílias o poder de contratação dos professores e, portanto, o professor não pode ter estabilidade nem na Educação Básica, nem na Educação Superior. O modelo defendido é a escola *Charter* (no Brasil a terceirização da gestão das escolas por empresas) no qual as decisões fundamentais devem ser tomadas pelas famílias. O currículo tem que valorizar temas como o amor à pátria, o que exige apagar a sua história de escravidão; a liberdade para orar nas escolas e, um tema crucial, defender que a escolha dos diretores seja feita por meio de eleição direta, contudo, apenas com o voto dos pais. Desse modo, reconceituam a educação pública como educação familiar. A defesa de que a escola é uma instituição vinculada à família foi adotada por grande parte da extrema-direita e pelos neofascistas em geral em âmbito mundial.

Analisar esse movimento de deslocamento da escola pública é crucial para entender o que está acontecendo na educação. A dita ideologia de gênero é um disparador desse movimento. Isso envolve uma aliança com setores radicais das igrejas, como ocorre atualmente no Texas, na Louisiana, em Oklahoma, estados em que todas as salas de aula têm que exibir os 10 mandamentos. Estamos falando do Século 21!

### *Extrema-direita nas universidades*

A universidade é um objetivo crucial das ofensivas da extrema-direita no bojo da guerra cultural. As lutas estudantis contra o genocídio palestino se valeram de várias ocupações e acampamentos de estudantes nas grandes universidades, em especial as da *Ivy League*. Os APH da extrema-direita, como o Instituto Manhattan, defenderam uma mudança na tática. A censura direta sobre o professor tem sido vedada pelas Cortes Supremas com base na Primeira Emenda. O governador da Flórida, por exemplo, tentou aprovar uma lei chamada Lei Anti Woke, ou seja, uma lei contra a formação da consciência. No lugar da censura direta aos professores, o Instituto *Manhattan* recomenda que a censura tem que mudar de escala. Assim, os ataques são dirigidos diretamente às instituições educacionais, aos ministérios, aos institutos de pesquisa etc. Desse modo, a escala da mordida é magnificada. Entre as mais relevantes, introduzir nas universidades parâmetros como os cursos pouco rentáveis (como de ciências humanas e sociais) devem ser fechados, estudantes provenientes de países “não recomendáveis” devem ser banidos, instituições que

admitiram os acampamentos em prol da Palestina devem ser punidas por suposto antissemitismo. Objetivam, também, assegurar a nomeação, em todos os conselhos das Universidades, de representações de dirigentes empresariais “libertários” porque eles vão tomar decisões certas sobre o futuro das instituições. É uma mudança sem precedentes na instauração da censura nos *campi*.

Há também uma proposição importante na agenda da extrema-direita estadunidense (Projeto 47). A educação superior para os pobres deve ser uma educação de curta duração; ou seja, esta população deve receber uma educação superior curta. A recusa da anistia das dívidas estudantis acabou. Em suma, essa agenda é uma agenda que também está presente no Brasil, evidentemente de forma recontextualizada.

#### *Censura aos livros*

A censura também está sendo introduzida na educação básica, justamente a partir do deslocamento das escolas para o controle das famílias. As eleições dos responsáveis nos Distritos Educacionais foram cuidadosamente apoiadas com muitos recursos pelas organizações da extrema-direita, abrangendo grupos econômicos e igrejas. Por “demanda das famílias”, entre 2022 e 2023 foram retirados 5,6 mil títulos das bibliotecas escolares, em especial na Flórida e no Texas. Foram banidos das escolas autores subversivos como Tolstói, Dostoievski e Gabriel Garcia Marques.

A partir da inspiração estadunidense, no Brasil foi criada a organização De Olho no Material Escolar. Esta iniciativa começou com setores da extrema-direita, por meio de um falso movimento denominado “mães do agro”. A origem familiar logo foi abandonada. A direção do movimento foi assumida pelas grandes entidades do agronegócio e, no lugar de mirar o trabalho direto do professor, passaram a mirar os livros didáticos pressionando as editoras. O propósito é realizar uma triagem dos livros didáticos, retirando por exemplo qualquer menção crítica ao agronegócio.

#### **Resistências, lutas, alternativas**

Diferente dos conglomerados de APH como o Todos pela Educação, Itaú-Social, Lemann e mesmo da extrema-direita, que inseriu a educação em sua estratégia política, as esquerdas não têm projeto coletivo com conexões orgânicas

com o conjunto das diversas frações de classes das classes trabalhadoras. Isto é, projetos que acionem, inclusive, o imenso exército industrial de reserva, os trabalhadores precários de várias ordens. Para fazer frente à ofensiva sistêmica do capital, a educação pública tem de compor a estratégia política dos trabalhadores, a estratégia das lutas de classes. Iniciativas locais e nacionais são necessárias, entretanto coalizões massivas internacionais são condições necessárias para que a agenda das trabalhadoras e dos trabalhadores seja capaz de mobilizar lutas e, assim, mudar a correlação de forças.

A análise das lutas na última década confirma a retomada das lutas sindicais, o reconhecimento da importância dos sindicatos mesmo nos países em que a extrema-direita logrou vitórias importantes, como nos Estados Unidos. Recentes pesquisas neste país confirmam que o prestígio dos sindicatos é o mais alto desde os anos 1970, década de ascensão das lutas populares no mundo. Neste país ocorreram fortes greves em setores chaves (indústria automobilística) e em setores surpreendentes. O professor Dari fez referência à greve dos roteiristas que se estendeu para toda a indústria cultural.

A greve na indústria automobilística foi vitoriosa e extremamente politizada. O grau de consciência pode ser mensurado pela pauta da greve, centrada na recuperação das perdas da crise de 2008. Os sindicatos entenderam que os trabalhadores pagaram a conta da crise naqueles anos e que era hora de as corporações recomporem os salários. A força da greve possibilitou correções salariais que chegaram a incríveis 60% para determinados segmentos. E o que é fundamental, inseriram na pauta a questão dos trabalhadores temporários e precários exigindo que, após três meses de trabalho temporário, o vínculo empregatício teria que ser permanente! A incorporação dos precários representa um imenso salto de consciência política. A partir do êxito da greve, plantas industriais que haviam votado em plebiscito contra a existência de um sindicato para representá-los, reverteram essa posição e aprovaram a representação sindical. Houve vitória inclusive no plebiscito em uma grande unidade da Amazon que anteriormente havia recusado o sindicato. As ondas de greves de trabalhadores da saúde e em defesa dos direitos previdenciários na França exemplificam que, de diferentes formas, as lutas centradas no trabalho persistem. As grandes marchas, paralisações e manifestações dos trabalhadores argentinos contra as medidas de Milei se destacam na cena latino-americana.

No caso da educação, a categoria possui uma escala relevante demais para ser ignorada no panorama mundial das lutas das classes trabalhadoras. São mais de 100 milhões de trabalhadores da educação no mundo. Um mapeamento das greves nos diversos continentes permite constatar que os trabalhadores da educação estão entre os mais importantes protagonistas de lutas no mundo. São greves e lutas que têm elementos políticos importantes.

Mesmo uma greve econômico-corporativa na educação levanta temas políticos relevantes como a formação cultural das novas gerações das classes trabalhadoras, o dever do Estado frente à austeridade, a crítica à avaliação de cariz neoliberal, entre tantas outras. Como assinala o professor Dari, a questão da organização da classe segue sendo decisiva.

No Brasil, pensar a organização no campo da educação requer resolver um imenso problema entre nós. Não há como construir novas frentes classistas em defesa da educação pública sem construir consensos sobre pautas e programas estratégicos e isso exige autonomia frente aos governos. Questões objetivas não podem, ainda, ser respondidas. Qual é a agenda educacional da esquerda hoje, agenda da classe trabalhadora como *classe para si*, e não um conjunto de ações orientada pela *pequena política* de redução de danos à partir da pauta do Todos Pela Educação?

É compreensível e defensável apresentar emendas adaptativas no Congresso, como ocorre no processo de elaboração do novo Plano Nacional de Educação. O problema é que lutar para ficar “menos pior” não altera a correlação de forças, nem possibilita avanços organizativos das classes trabalhadoras.

Não resta dúvida de que os trabalhadores da educação têm algo a dizer sobre a educação que é superior à ideologia do capital humano. Entretanto, para além de proposições difusas, o que nós temos a dizer sobre um projeto de educação que recuse a disjunção entre quem pensa e quem executa, quem manda e quem obedece? Essas interpelações são cruciais em que ações urgentes precisam ser logradas. Atualmente, 62% dos trabalhadores que estão nas redes estaduais não têm contrato de trabalho estável. O STF admite contratos no serviço público pelo regime da CLT e isso já está em curso. Os APH empresariais definiram o que é dado a pensar nas escolas e as corporações com capital aberto na bolsa de valores viabilizam a implementação das BNCC no chão das 200 mil escolas do país. A correlação de

forças é tão difícil que se torna aparentemente normal reivindicar algo um pouquinho melhor.

O filme do Ken Loach “O Último Pub” é brilhante, uma personagem destacada do filme, imigrante, foi hostilizada pelos moradores de uma cidade decadente, afetada pela desindustrialização e pela perda de suas unidades produtivas. A xenofobia é evidente, em uma região em que outrora a classe trabalhadora foi solidária e organizada como classe. A referida personagem, ela mesma apaixonada pela fotografia, adentra em um espaço apensado ao “Pub”, há tempos sem uso, e descobre fotografias expostas nas paredes. Essas fotografias são arrebatadoras, registram o contexto de uma grande e difícil greve. O espectador é conduzido às imagens em que se vê mulheres, trabalhadores, crianças juntas, lutando com os grevistas. Uma das fotografias retrata um momento em que todos compartilham uma refeição coletiva. O personagem, que é o dono do Pub, conversa com a imigrante, lembrando que, então, todos comiam juntos porque companheiros e companheiras. Se os grevistas, por terem os salários cortados, não possuíam dinheiro para comprar comida, continua o personagem, “não tem problema, a gente se junta e faz alguma comida para ser compartilhada”. Este é um tema presente nas cozinhas solidárias. As imagens analógicas, as belas fotografias expostas, nos remetem a um fio crucial da película de Loach. As ações de outrora ainda estão vivas na memória das pessoas do Pub, muitos viveram aquela greve e puderam rememorá-las. As fotografias catalisam uma conexão de tempo, passado, presente e futuro mobilizante. De fato, o filme de Loach nos motiva a retomar a reflexão sobre o tempo e a história.

A classe trabalhadora brasileira experienciou, como classe, o *fazimento* de mudanças históricas sem precedentes na história brasileira. O período entre 1975 e 1988 foi único na história da classe trabalhadora, conjugando organização, criatividade e paixão política. Em prol do futuro da humanidade, a esquerda está desafiada a escrever a história a contrapelo. Adoramos escrever a história a contrapelo!